Conferência da Inter-Reformados
"Com Abril no Outono da Vida"
Auditório da Junta de Freguesia da Sé
13 de Dezembro de 2013

INTER REFORMADOS
Braga

Caracterização socioeconómica da população idosa do distrito de Braga

Auditório da Junta de Freguesia da Sé - Braga
13 de Dezembro de 2013

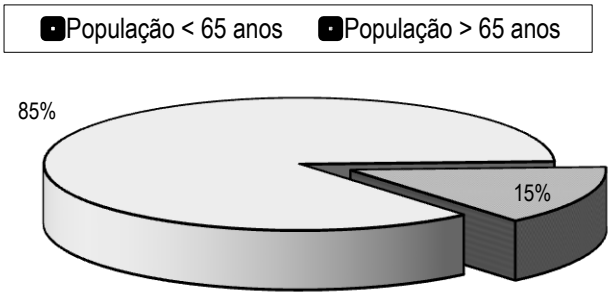
Caracterização socioeconómica

da população idosa do distrito de Braga

A população portuguesa tem vindo a envelhecer nas últimas décadas. Segundo os últimos censos, publicados pelo INE, cerca de dois milhões de pessoas a residir em Portugal tinham idade superior a 65 anos (19% do total dos residentes) em 2011. Este valor compara com os 1,7 milhões registados em 2001, data dos censos anteriores (16,5%).

No distrito de Braga residiam, em 2011, cerca de 120,6 mil pessoas com mais de 65 anos – 14,5% da população residente no distrito (Gráfico 1), o que posiciona Braga abaixo da média nacional (18,1%) -, das quais 58,3% eram mulheres.

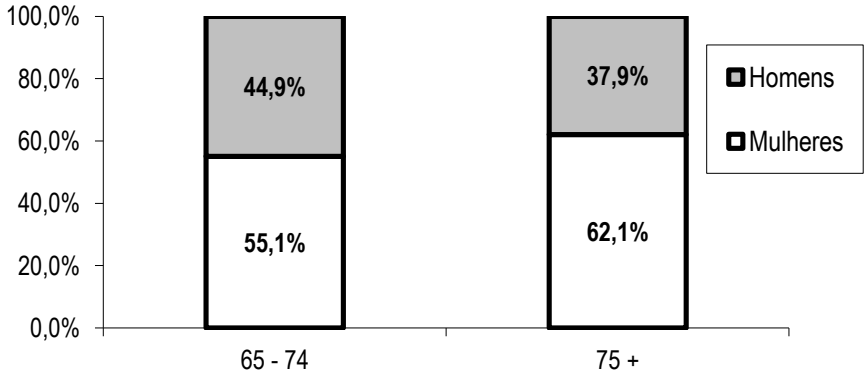
Gráfico 1 - Peso da população do distrito de Braga com mais de 65 anos



Fonte: Censos 2011, INE

Em média as mulheres vivem mais anos do que os homens. Verifica-se, então, que o seu peso relativo aumenta em grupos etários mais avançados: em Braga, enquanto que na faixa etária 65-74 se regista um equilíbrio relativo entre mulheres e homens residentes no distrito, entre a população com mais de 75 anos, 62,1% são mulheres (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Distribuição da população com 65 e mais anos por sexo e grupo etário Distrito de Braga



Fonte: Censos 2011, INE

Em termos concelhios, verifica-se que Terras do Bouro e Vieira do Minho são os concelhos mais envelhecidos, com a população idosa a representar mais de 20% da população total residente no concelho, logo seguidos de Celorico de Basto e Cabeceiras de Baixo (Quadro 1). No distrito, tal como no resto do país, regista-se um maior envelhecimento populacional nas regiões rurais e mais afastadas dos centros urbanos. Situação que é agravada pelo sucessivo encerramento de serviços públicos nos concelhos interiores, bem como pelo crescente desemprego, afastando cada vez mais a população jovem destes concelhos (quer para os grandes centros urbanos quer, mais recentemente e maciçamente, para fora do país).

Quadro 1 – População com idade superior a 65 anos

	População > 65 anos	Peso na população residente
Portugal	2.010.064	19,0%
Distrito de Braga	120.583	14,5%
Barcelos	16.547	13,7%
Braga	23.894	13,2%
Esposende	5.049	14,7%
Terras de Bouro	**1.779**	**24,5%**
Vila Verde	8.301	17,3%
Fafe	8.441	16,7%
Guimarães	21.568	13,6%
Póvoa de Lanhoso	3.830	17,5%
Vieira do Minho	**2.965**	**22,8%**
Vila Nova de Famalicão	18.444	13,8%
Vizela	2.721	11,5%
Cabeceiras de Basto	**3.221**	**19,3%**
Celorico de Basto	**3.823**	**19,0%**

Fonte: Censos 2011, INE

O envelhecimento da população

A estrutura etária da população está em mudança profunda, tornando-se cada vez mais envelhecida. Um estudo das Nações Unidas – *World Population Ageing 2009* – refere que o envelhecimento da população – aumento da proporção de pessoas mais velhas no total da população e diminuição da proporção de crianças - está a acontecer a um ritmo cada vez mais acelerado, e afecta a grande maioria dos países do Mundo. Esta tendência tem consequências tanto ao nível económico, como na esfera social e nos restantes domínios da vida humana.

Segundo o mesmo estudo, Portugal é dos países onde a percentagem da população acima dos 60 anos é maior, sendo considerado o oitavo país mais envelhecido do mundo. A deterioração das condições de trabalho e de vida, com a taxa de desemprego em níveis históricos e o nível de vida cada vez mais baixo agravam esta realidade, tendo efeitos directos na descida de natalidade e no aumento brutal da emigração entre as camadas mais jovens da população.

Os enormes avanços verificados após o 25 de Abril na área da saúde, com a criação do Serviço Nacional de Saúde, público e universal, permitiram melhorar substancialmente a qualidade de vida da população, sobretudo a mais idosa, aumentando a esperança média de vida. Apesar do Governo usar este factor como argumento para aumentar a idade de acesso à reforma, o que é certo é que o aumento da esperança média de vida foi sinal de uma das grandes conquistas da Revolução de Abril: o direito ao acesso universal aos cuidados de saúde, de qualidade e gratuitos, no sistema público de saúde, o SNS. Como veremos mais adiante, as políticas prosseguidas pelo actual Governo PSD/CDS têm visado destruir as conquistas de Abril e as Funções Sociais do Estado, impondo verdadeiros recuos civilizacionais.

Comparando a região Norte e a média nacional, verifica-se que a esperança média de vida é ligeiramente superior na primeira, tendo-se registado nos 80,1 anos no período 2010-2012. Este valor representa uma melhoria de 3 anos face ao valor registado no período 2000-2002, 77,1.Confirma-se ainda que as mulheres vivem, em média, mais anos do que os homens, sendo a sua esperança média de vida à nascença de 82,9 anos, o que compara com os 77,1 anos vividos, em média, pelos homens (região Norte) (Quadro 2).

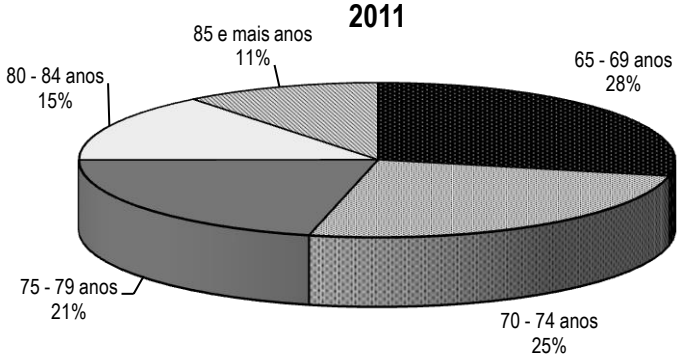
Quadro 2 – Esperança média de vida à nascença e aos 65 anos

		Total		Homens		Mulheres	
		à nascença	aos 65 anos	à nascença	aos 65 anos	à nascença	aos 65 anos
2000 - 2002	Portugal	76,7	17,1	73,3	15,2	80,1	18,6
	Norte	77,1	17,3	73,7	15,4	80,2	18,6
2010 - 2012	Portugal	79,8	18,8	76,7	16,9	82,6	20,3
	Norte	80,1	19,0	77,1	17,1	82,9	20,4

Fonte: INE

O envelhecimento populacional reflecte-se igualmente na distribuição percentual dos residentes com mais de 65 anos. No distrito, 26% da população com mais de 65 anos tem pelo menos 80 anos.

Gráfico 3 - distribuição da população > 65 anos distrito de Braga 2011



Fonte: Censos 2011, INE

Foi em 1999 que, em Portugal, pela primeira vez, o número de pessoas com 65 e mais anos foi superior ao número de crianças e jovens (<15 anos). Desde então a tendência, reflectida no índice de envelhecimento, não parou de se acentuar. Segundo os últimos dados disponíveis, de 2011, por cada 100 jovens residiam, em Portugal, 129 pessoas com mais de 65 anos (sendo que 129 corresponde ao índice de envelhecimento nacional). Já no distrito de Braga residiam 108 idosos por cada 100 jovens, ainda que a realidade seja muito díspar entre concelhos (Quadro 3).

Quadro 3 – Índice de envelhecimento por concelho, 2001 e 2011

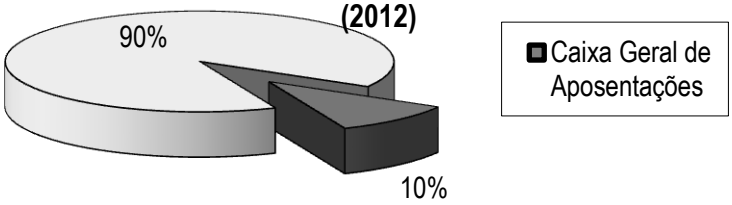
	2001	2011
Portugal	102,2	129
Distrito de Braga	73,9	108
Amares	74,9	99
Barcelos	53,3	83
Braga	57,8	81
Esposende	59,9	90
Terras de Bouro	**127,4**	**190**
Vila Verde	75,3	104
Fafe	70,9	108
Guimarães	52,2	88
Póvoa de Lanhoso	75	107
Vieira do Minho	**110,3**	**168**
Vila Nova de Famalicão	56,4	86
Vizela	40	69
Cabeceiras de Basto	**89,1**	**119**
Celorico de Basto	**92,1**	**125**

Fonte: Censos 2011, INE

Reformados , pensionistas e pensões

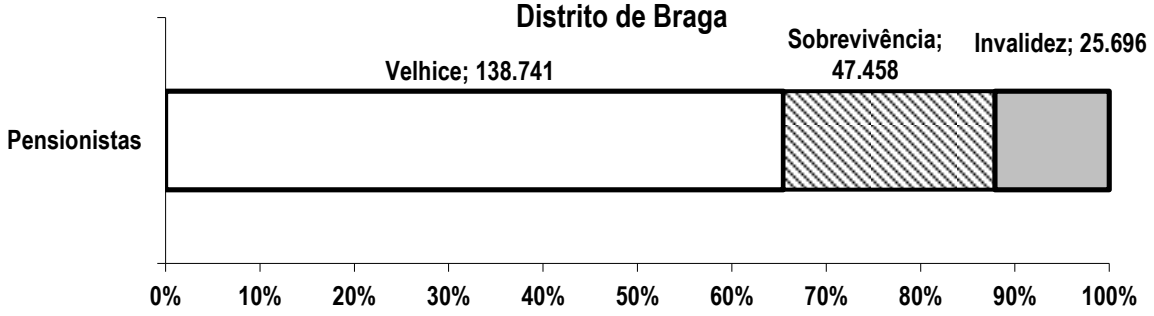
No distrito de Braga residiam, no final de 2012, 233 mil pensionistas e reformados, dos quais 10% se enquadravam no regime da Caixa Geral de Aposentações e os restantes 90% se enquadravam no regime da Segurança Social (Gráfico 4). Relativamente aos pensionistas do regime da Segurança Social, que totalizam 209 mil, verifica-se que a maioria são beneficiários de reformas (Gráfico 5).

Gráfico 4 - Pensionistas residentes no distrito de Braga por regime (2012)



Fonte: CGA e Estatísticas da Segurança Social

Gráfico 5 - Pensionistas da Segurança Social por tipo de Pensão no Distrito de Braga



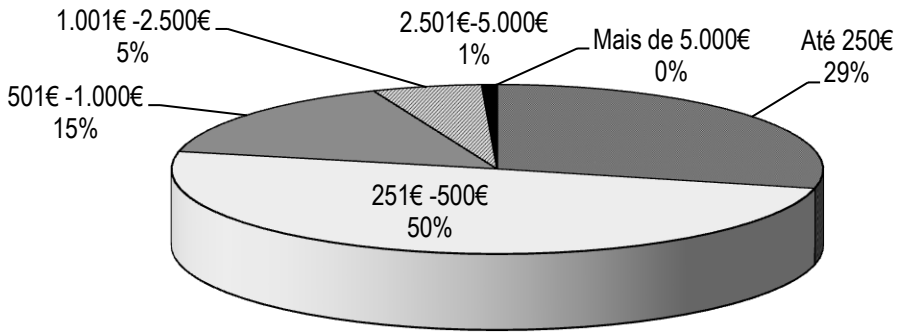
Fonte: Estatísticas da Segurança Social

As pensões de reforma são o principal meio de vida da população com 65 anos e mais anos. O seu valor é, no entanto, extremamente baixo, estando muito longe de permitir a qualidade de vida dos reformados e pensionistas e deixando muitos milhares no limiar da pobreza e em riscos de exclusão social.

O valor médio das pensões é de 355 euros mensais a nível nacional[1], muito abaixo do salário mínimo nacional e do indexante dos apoios sociais (IAS= 419,22€). Relativamente às pensões de reforma, o seu valor médio situa-se nos 437,8€ (Setembro 2013), considerando já o valor do subsídio de férias.

Quando consideradas as pensões por escalões, verificamos que a esmagadora maioria dos pensionistas (apenas consideradas as pensões de velhice e invalidez) recebe menos de 500 euros mensais (78%), havendo 29% a receber menos de 250 euros por mês[2] (Gráfico 6). São pensões de miséria, que em nada dignificam as dezenas de anos de trabalho e descontos dos actuais reformados, nem lhes garante uma velhice condigna.

Gráfico 6 -Pensionistas de velhice por escalão de pensão em 2012



Fonte: Pordata (com base na conta da Segurança Social)

[1] Instituto de Informática, Setembro 2013
[2] Os dados são referentes a 2012, mas a situação em 2013 é igual

As pensões de velhice mensais médias do distrito foram, em 2011[3], de 366€ - rendimento claramente insuficiente para garantir um envelhecimento digno a quem teve uma longa vida activa. O roubo feito aos pensionistas nos subsídios de férias e de Natal em 2012 diminuiu uma vez mais um rendimento anual dos reformados e pensionistas, sendo que a pensão de reforma é, em 90% dos casos, o único rendimento que auferem. O aumento do custo de vida, das rendas, dos encargos com a saúde, associado a estas pensões de miséria torna os idosos especialmente vulneráveis à pobreza, que já atinge quase 25% da população com mais de 65 anos[4].

Em termos concelhios (dados de 2011, disponíveis no Anuário Estatístico da Região Norte), verifica-se que na maioria dos concelhos as pensões auferidas pelos sues pensionistas são inferiores à média distrital e nacional (Quadro 4).

Quadro 4 – Pensões média mensais da Segurança Social, 2011

	Invalidez	Velhice	Sobrevivência
Amares	277	291	156
Barcelos	314	327	164
Braga	314	366	178
Esposende	286	303	158
Terras de Bouro	278	286	159
Vila Verde	278	281	153
Fafe	303	303	157
Guimarães	330	382	181
Póvoa de Lanhoso	281	287	157
Vieira do Minho	263	286	160
Vila Nova de Famalicão	342	392	187
Vizela	333	383	179
Cabeceiras de Basto	278	274	153
Celorico de Basto	272	277	146

Fonte: Anuário Estatístico da Região Norte 2011, INE

Os sucessivos ataques aos pensionistas e reformados

Os reformados e pensionistas têm sido especialmente atacados pelas políticas deste Governo e do pacto de agressão da Troica. O congelamento das pensões, em valores que muitas vezes não garantem uma velhice e condições de vida dignas, convive com o agravamento dos preços da electricidade, do gás, dos bens alimentares e dos transportes, com o agravamento das taxas moderadoras e dos meios complementares de diagnóstico, e com o agravamento de impostos verificado em 2013. A situação dos idosos é ainda agravada por uma Lei do Arrendamento que aumenta brutalmente as rendas e pelo encerramento de centenas de serviços públicos, dificultando o seu acesso a serviços básicos de saúde (com o encerramento

[3] O corte nos subsídios de Natal e férias em 2012 impossibilita achar a média mensal por distrito, considerando os dados estatísticos disponibilizados pela Segurança Social; e a partir de 2013 deixámos de ter o montade processado por centro distrital, pelo que não é possível calcular as pensões médias também neste ano

[4] Eurostat

de extensões de centro de saúde e serviços de atendimento permanente) e comunicações (com o encerramento de milhares de estações de correio pelo país todo).

Crescentes dificuldades no acesso aos cuidados de saúde

O artigo 64º da Constituição da República Portuguesa consagra o direito à saúde, direito esse realizado através de um sistema nacional de saúde universal e geral – ou seja, um sistema ao qual todos tenham acesso, independentemente das suas condições socioeconómicas.

A introdução das taxas moderadoras, e nomeadamente o aumento brutal que sofreram em 2012 (Quadro 5) – sendo actualizadas todos os anos de acordo com a inflação -, representam um ataque sem precedentes a este direito constitucional em concreto, impedindo que, por serem incapazes de fazer face aos custos das consultas e exames nos centros de saúde e nos hospitais, milhares de utentes tenham deixado de receber os cuidados necessários. Mais concretamente, e considerando os hospitais que servem o distrito de Braga, temos que o Centro Hospitalar Alto do Ave (que serve a população de Guimarães, Fafe, Vizela, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto e Felgueiras), observou-se até Novembro de 2012 uma queda de 8% nas urgências e 3% nas consultas externas face ao período homólogo. Isto significa que mais de 4 000 pessoas deixaram de recorrer aos cuidados médicos neste Centro Hospitalar. Já no Hospital de Santa Maria Maior (Barcelos), a redução é de 11,6% nas urgências e de 9% nas consultas externas. O Hospital de Braga – uma PPP concedida ao Grupo Mello Saúde – teve uma quebra de quase 4% nas urgências (até Novembro de 2012, comparado com igual período do ano anterior)[5].

Constituindo 10,4% da despesa média dos orçamentos familiares das pessoas com mais de 65 anos, a saúde representa a terceira maior despesa nos orçamentos[6].

Uma vez que são os idosos quem mais necessita de cuidados médicos, e com mais frequência, o aumento dos preços dos cuidados médicos afectam esta camada em especial, esperando-se que o peso das despesas em cuidados de saúde aumente substancialmente este ano. Portugal é já o país europeu onde a população mais paga directamente pelos cuidados médicos (sem contar com os impostos).

Quadro 5 – Taxas moderadoras no Serviço Nacional de Saúde

	2011	2012	2013	Aumento 2013/2011
Consultas Centros de Saúde	2,25 €	5,00 €	5,00 €	122%
Consultas sem a presença do doente	0,00 €	3,00 €	3,08 €	-
Consultas de Especialidade	4,60 €	7,50 €	7,75 €	68%
Cuidados de Enfermagem hospitalar	0,00 €	5,00 €	5,14 €	-
Urgência Básica	8,60 €	15,00 €	15,42 €	79%
Urgência Polivalente	9,60 €	20,00 €	20,56 €	114%

[5] ACSS, Novembro de 2012
[6] Inquérito ao Orçamento das famílias, 2010-2011

Política fiscal que agrava os impostos sobre os rendimentos de pensões

Em 2012 os trabalhadores e os pensionistas viram-se confrontados com um enorme aumento do IVA. Este aumento atingiu bens e serviços de primeira necessidade, como a electricidade e o gás são os exemplos mais claros, agravando as facturas das famílias.

Em 2013 o Governo aumentou de forma brutal o imposto sobre os rendimentos do trabalho e pensões – IRS – que todos os meses reduz o rendimento disponível dos pensionistas e que em Março do próximo ano, aquando dos acertos de contas, deixará milhares de famílias em situação dramática. Este aumento decorre da diminuição das deduções à colecta – afectando particularmente os idosos que, como dispendem muito em saúde, deduziam também bastante -, e da alteração da tabela de IRS, que diminui o número de escalões de rendimento (tornando o imposto menos progressivo e, por isso, mais injusto) e aumenta a taxa de imposto em cada escalão.

Considerando apenas a medida que diminuiu as deduções à colecta, verifica-se que, entre 2010 e 2013, o IRS anual das famílias foi agravado, em termos médios, em 119€ por via da diminuição das deduções com despesas de saúde, 370€ por via das despesas com habitação e 190 € por via das despesas de educação. **No total, as alterações às deduções aumentaram o IRS, em média, 679 € por agregado familiar.**

Para além dasobretaxa de IRS (3,5%), criada em 2013 e que se manterá em 2014, os pensionistas são ainda penalizados com a Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES), criada pelo Governo (Quadro 6). Embora não seja um imposto em sentido estrito, a CES amputou o rendimento dos pensionistas do sector público e privado em 400 milhões/ano.

Quadro 6 – Contribuição Extraordinária de Solidariedade

Pensões entre 1350€ e 1800€	3,50%
Pensões superior. 1800€ e até 3.750€	3,5% sobre o valor até 1800 euros e 16% sobre o valor remanescente
Pensão de valor superior a 3.750 €	10% sobre a totalidade da pensão
	Quando a pensão tiver um valor superior a 3.750 euros é aplicado em acumulação: (a) 15% sobre o excedente 12 IAS-18 IAS; (b) 40% sobre o montante que ultrapasse 18 IAS